

13- LEGISLATIVO

Claro. Segue um resumo estruturado da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) e da Lei Complementar anexa.

Resumo da PEC e Lei Complementar Proposta

O anteprojeto tem como objetivo principal promover uma **reforma administrativa e de custeio no Poder Legislativo**, com foco em **equidade, fim de privilégios e transparência**. A proposta se divide em uma PEC, que altera a Constituição Federal, e uma minuta de Lei Complementar para regulamentar os detalhes.

Principais Alterações Propostas pela PEC:

1. **Jornada de Trabalho de 40 Horas (§ 5º do art. 39):**
 - a. Estabelece a jornada de 40 horas semanais para todos os servidores titulares de cargos efetivos do Poder Legislativo em todas as esferas (federal, estadual e municipal).
2. **Unificação do Regime Previdenciário (art. 115 do ADCT):**
 - a. **Extingue o regime próprio de previdência** para membros do Congresso, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais.
 - b. **Aplica as regras de aposentadoria por idade do Regime Geral de Previdência Social (INSS)** a todos os parlamentares e servidores efetivos do Poder Legislativo.
3. **Limitação de Benefícios (§§ 11 e 12 do art. 37):**
 - a. **Proíbe** expressamente o pagamento de **auxílio-moradia** para ocupantes de cargos eletivos, detentores de mandatos e servidores públicos.
 - b. Determina que os demais benefícios e auxílios no Legislativo serão disciplinados por **lei complementar**, que deve observar os princípios da **economicidade, impessoalidade, moralidade e publicidade**. A concessão deve ter critérios de **proporcionalidade e necessidade**.
4. **Lei Complementar para Custeio (§ 4º do art. 149):**
 - a. Determina que uma lei complementar irá instituir o regime de custeio e concessão de benefícios para os trabalhadores do Poder Legislativo, seguindo as regras de economicidade estabelecidas.

Diretrizes da Lei Complementar Proposta:

Para regulamentar o § 12 do art. 37 da CF, a minuta de Lei Complementar estabelece regras específicas:

- **Auxílio-Alimentação:**

- o **Valor máximo diário:** R\$ 40,00.
- o **Tabela Progressiva Decrescente:** O valor recebido é reduzido conforme a faixa salarial.
 - ♣ Até 2 salários mínimos: 100% do valor (R\$ 40,00).
 - ♣ De 2 a 5 salários mínimos: 70% do valor (R\$ 28,00).
 - ♣ De 5 a 10 salários mínimos: 50% do valor (R\$ 20,00).
 - ♣ Acima de 10 salários mínimos: **não tem direito**.
- o **Uso restrito:** só pode ser utilizado em estabelecimentos alimentícios, com comprovação mensal (ex.: cartão magnético restrito).
- o **Não cumulatividade:** valores não utilizados são perdidos.
- **Outros Benefícios (Creche e Educação):**
 - o Seguem o mesmo modelo de **tabela progressiva decrescente** do auxílio-alimentação.
- **Planos de Saúde:**
 - o **Proíbe** a concessão de planos de saúde de alto padrão custeados integralmente pelo poder público.
 - o Determina a oferta de opções compatíveis com o **padrão do SUS suplementar**, com **coparticipação obrigatória** do servidor para despesas extras.

Eixos da Reforma (Visão Consolidada):

A proposta se organiza em quatro eixos centrais:

1. **Transparência e Controle Rígido:** Base de toda a proposta, com comprovação rigorosa dos gastos.
2. **Equidade e Fim de Privilégios Parlamentares:**
 - a. Extinção do auxílio-moradia.
 - b. Unificação previdenciária de todos (parlamentares e servidores) ao INSS.
 - c. Controle da verba de gabinete e passagens.
3. **Racionalização de Benefícios a Servidores:**
 - a. Jornada de 40 horas.
 - b. Teto progressivo para auxílio-alimentação, creche e educação.
 - c. Reformulação dos planos de saúde com coparticipação.
4. **Harmonização entre Categorias:**
 - a. Isonomia de benefícios básicos para todas as categorias (efetivos, comissionados e celetistas).
 - b. Limitação da terceirização.

Impacto Geral das Medidas: A PEC busca **alinhar o Poder Legislativo à realidade da maioria dos brasileiros**, eliminando regras de privilégio. A jornada de 40 horas e a aposentadoria pelo INSS são os símbolos máximos dessa equalização. A reformulação dos benefícios, com a lógica da tabela progressiva, visa transformá-los em um apoio real para quem mais precisa, promovendo **justiça fiscal e responsabilidade** no uso do erário.